

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**CIDADE EM DISPUTA: INTERSECCIONALIDADE, JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL E REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA**

Alice Galindo Dalto Costa (alicegdalto@gmail.com)

A partir de uma revisão bibliográfica, este trabalho discute como as vivências urbanas são atravessadas por subjetividades, desigualdades estruturais e disputas em torno do direito à cidade, articulando-as às formas de participação, sejam elas formais ou informais, responsáveis por moldar a vida urbana contemporânea. Partimos da compreensão de que o pertencimento, o acesso aos espaços e as possibilidades de mobilidade são mediadas por marcadores sociais da diferença, especialmente gênero, raça e classe, que definem quem pode circular, permanecer ou ser reconhecido na cidade. Ao dialogar com alguns autores como Henri Lefebvre, Maurice Halbwachs, Georg Simmel e Fraya Frehse, argumentamos que o espaço urbano não possui valor intrínseco: ele é continuamente produzido e ressignificado pelas práticas, memórias e afetos de seus habitantes, constituindo-se também como um campo simbólico no qual hierarquias sociais se materializam. Para aprofundar essa discussão, recorreremos aos dados sistematizados pelo Instituto Pólis, que evidenciam como o racismo ambiental estrutura a distribuição desigual de riscos, infraestruturas e vivências no espaço urbano brasileiro. Esses levantamentos demonstram que populações negras e periféricas concentram maiores índices de exposição a enchentes, poluição, insegurança habitacional e longas distâncias de deslocamento, ao mesmo tempo em que têm menor acesso a

equipamentos públicos, áreas verdes e serviços essenciais. Ao trazê-los como referência, buscamos iluminar dinâmicas gerais que atravessam a produção da cidade e revelam como desigualdades raciais, de classe e de gênero se materializam territorialmente, configurando padrões de exclusão e vulnerabilização que não se restringem a casos pontuais, mas expressam uma racionalidade urbana que define quem pode permanecer, circular e ser reconhecido como sujeito político legítimo. Essas evidências permitem compreender como injustiças materiais e simbólicas se renovam cotidianamente e moldam as possibilidades de participação e disputa democrática no território urbano. Nesse contexto, práticas participativas e formas coletivas de resistência, como o movimento Ocupe Estelita no Recife, tornam-se fundamentais para compreender a democracia urbana como arena de conflito e invenção. A atuação do movimento, ao contestar o projeto de reconfiguração do Cais José Estelita e reivindicar transparência, moradia digna e direito à cidade, evidencia como coletivos urbanos podem se constituir como atores políticos centrais na disputa pelos rumos da cidade. Longe de representar um caso isolado, o Ocupe Estelita integra um conjunto mais amplo de lutas que confrontam interesses privados e projetos urbanos orientados por agendas neoliberais, tensionando formas hegemônicas de produção do espaço. Ao mobilizar práticas participativas, ocupar o território e reivindicar processos decisórios mais transparentes e inclusivos, o movimento aponta formas de atuação política no contexto urbano em cidades do Sul global, ampliando o debate sobre quem tem legitimidade para decidir a cidade e em que termos ela deve ser construída. Assim, ao articular direito à cidade, interseccionalidade, justiça socioambiental e participação urbana, argumentamos que a produção do espaço envolve tanto exclusões quanto resistências. Compreender essas dinâmicas é fundamental para refletir sobre os limites e potencialidades de práticas participativas na construção de cidades mais justas, plurais e democraticamente vivenciadas.

Palavras-chave: cidade; interseccionalidade; desigualdades urbanas; democracia urbana; direito à cidade.